

Eixos de Formação

Fevereiro de 2020

Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” – EFAPE

Coordenadora: Profa. Dra. Lucia Helena de Andrade Gomes

Departamento de Programas de Formação e Educação Continuada

Diretora: Cristina de Cássia Mabelini da Silva

Andréa Angotti

Fernando Hideki Kato Yaoita

Jonathan Trevisan de Castro

Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional de Professores

Diretora: Silvia Regina Peres

Bruno Leonardo Ramos Andreotti

Marina Matera Sanches

Natasha Bueno

Rosa Maria Rodrigues Lamana

Vanessa Déscio Araki

Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional de Gestores

Diretor: João Freitas da Silva

Ana Bárbara Martins Garcia

Luiz Carlos Paloschi

Mariza Cândido da Silva

Centro de Avaliação

Diretor: Antonio Marcos Emiliano

Eliane Andrade Bichuette Jácomo

Elisete Ragusa de Lima

Karina Ihara Kamio

Lina de Almeida Gattai

Centro de Certificação

Diretora: Sandra Alves de Sá

Alceu Rosa da Cruz

Paula Marques Silva

Departamento de Recursos Didáticos e Tecnológicos de Educação a Distância – DETED

Diretora: Fernanda Henrique de Oliveira

Gislene Vieira Gomes Brignoli

Centro de Criação e Produção – CCRIP

Diretora: Ana Maria David Berbel

Centro de Infraestrutura e Tecnologia Aplicada – CITEC

Diretora: Rosângela de Lima Francisco

Edson Alves dos Santos

Maíra Elias Manzano

Grupo de Cooperação Técnica e Pesquisa – GCTEC

Diretor: Adriano J. Marangoni

Alfred Michaelis

Lucas Ferreira

Melissa Batistela

Silene Kuin

Agradecimentos

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB

Coordenadora: Rosângela Aparecida de Almeida Valim e Equipe

Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH

Coordenador: José Carlos Francisco e Equipe

Sumário

Apresentação	4
Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimentos Específicos	5
Ciências da Natureza.....	5
Ciências Humanas.....	5
Linguagens	5
Matemática.....	6
Eixo II – Gestão Educacional.....	9
Gestão Democrática e Participativa	9
Gestão Pedagógica.....	10
Gestão de Pessoas e Equipes.....	10
Gestão de Processos Administrativos	10
Gestão de Resultados Educacionais.....	11
Liderança Educacional.....	11
Eixo III – Grandes Temas da Educação	12
Alfabetização e Letramento	12
Avaliação Educacional	12
Competência Leitora e Escritora	13
Competências Socioemocionais	13
Cultura Digital.....	13
Cultura Inclusiva.....	13
Currículo	14
Direito Educacional	14
Educação Integral.....	14
Protagonismo Juvenil.....	15
Recuperação e Aprofundamento.....	15
Temas Transversais	15
Referências	16
Documentos Oficiais	16
Demais Fontes Consultadas	17

Apresentação

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação “Paulo Renato Costa Souza” – EFAPE, propôs, estrategicamente, a organização de três **agrupamentos como eixos centrais** para a oferta de ações formativas aos servidores da Rede. São eles: Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimentos Específicos¹; Eixo II – Gestão Educacional; e Eixo III – Grandes Temas da Educação. Tais eixos reúnem as Áreas do Conhecimento e temáticas que têm como objetivo nortear as propostas de ações formativas a serem ofertadas, considerando a especificidade das atividades profissionais do público-alvo envolvido.

O Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimentos Específicos reúne como temas as áreas do conhecimento, articulando teoria e prática que têm como foco a oferta de ações formativas embasadas no Currículo Paulista, em alinhamento à BNCC. Visto que **“O Currículo Paulista define e explicita, a todos os profissionais da Educação que atuam no Estado, as competências e as habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas, e considera sempre sua formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano”**.

O Eixo II – Gestão Educacional objetiva oferecer ações formativas que contemplem os diferentes aspectos da área de Gestão, apresentando como temas a Gestão Democrática e Participativa, a Gestão Pedagógica, a Gestão de Pessoas e Equipes, a Gestão de Processos Administrativos e a Gestão de Resultados Educacionais. E, por fim, o Eixo III – Grandes Temas da Educação visa abordar, de maneira transversal, os principais temas da Educação na atualidade.

A EFAPE, a partir da proposta dos Eixos, além de pautar as ações formativas, pretende também subsidiar os demais proponentes em suas elaborações, contribuindo com critérios e parâmetros para a construção de planos de curso, metodologias, regulamentos e demais documentações que são apresentados à SEDUC-SP para colaborarem com a formação continuada dos profissionais da Educação.

Ao longo deste documento será possível conhecer cada um dos Eixos e temas propostos. Convidamos você, profissional da Educação, a conhecer a nossa proposta.

Boa leitura!

¹ São modalidades de ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e a Educação Especial. Inclui-se no Eixo 1, também, atendimentos escolares específicos da Educação Básica, diferenciados e/ou interculturais. Adicionar a definição do Currículo

Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimentos Específicos

Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica

Abrange as ações formativas referentes ao Currículo Paulista, que tem como princípios: o compromisso com a educação integral, compromisso com o desenvolvimento de competências, compromisso com a alfabetização, o letramento e os (multi)letramentos em todas as áreas do conhecimento, o estímulo e apoio à construção do projeto de vida dos estudantes, tecnologia digital: o estudante como consumidor e produtor de tecnologias, o processo de avaliação a serviço das aprendizagens de todos os estudantes. De acordo com a legislação vigente, as áreas do conhecimentos estão divididas em:

Ciências da Natureza

A área de Ciências da Natureza – por meio de um olhar articulado dos componentes curriculares de Ciências, Biologia, Física e Química – define competências e habilidades que permitem a ampliação e a sistematização das aprendizagens no que se refere: aos conhecimentos conceituais da área; à contextualização social, cultural, ambiental e histórica desses conhecimentos; aos processos e práticas de investigação; e ao desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências. Espera-se, desse modo, possibilitar que os estudantes tenham um novo olhar sobre o mundo que os cerca, e que também façam escolhas e intervenções conscientes e pautadas em evidências, conhecimentos científicos, princípios éticos e socioambientalmente responsáveis. (BNCC, 2019)

Ciências Humanas

A área de Ciências Humanas compreende estudos produzidos pelos componentes: História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso, com pontos fundamentais de identificação, como análise, comparação e interpretação de ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais, e têm por objetivo o estudo dos seres humanos em suas múltiplas relações, fundamentado por meio da articulação entre esses diversos saberes. Outrossim, esses componentes priorizam a formação humana e integral para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Para tanto, valorizam também a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder, especialmente à produção de conhecimentos e saberes, frutos de diferentes circunstâncias históricas, espaciais e étnico-culturais.

Linguagens

A área de Linguagens reúne os componentes curriculares Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física. Entendem-se Linguagens como práticas sociais que proporcionam modos de expressão e participação social que traduzem valores morais, éticos, estéticos, cognitivos e

pragmáticos. As interações entre sujeitos proporcionadas pelas linguagens podem ocorrer em diversas instâncias (verbal, visual, sonora, corporal, digital) e favorecem o desenvolvimento da criticidade e de senso estético dos sujeitos.

Matemática

A Matemática é uma ciência que possui características próprias de pensar e investigar a realidade em diferentes contextos. O principal compromisso dessa área é o desenvolvimento do Letramento Matemático² dos estudantes, para que possam, por meio de Resolução de Problemas, tornarem-se ativos no processo de aprendizagem. Para isso, o componente é dividido em cinco unidades temáticas: Números; Álgebra; Geometria; Grandezas e Medidas; e Probabilidade e Estatística. Essas unidades temáticas reúnem um conjunto de ideias fundamentais, tais como: equivalência, ordem, proporcionalidade, aproximação, variação, interdependência, representação, ideias articuladas que passam todas as unidades temáticas.

Modalidades de Atendimento Educacional

Segundo a perspectiva do Currículo Paulista, “a equidade diz respeito à inclusão de todos os estudantes nas escolas e à garantia de seu direito à educação pública e de qualidade prevista na LDB, na Constituição, na legislação estadual vigente e dos municípios paulistas”. Promover a equidade supõe também dar respostas adequadas e com respeito ao público atendido nas modalidades da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, segundo as necessidades locais.

Educação especial

O desafio da equidade requer o compromisso com os estudantes com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de acessibilidade curricular, conforme

É uma modalidade de ensino em que é possível concluir tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio. A idade mínima para frequentar as aulas do Ensino Fundamental é de 15 anos e para o Ensino Médio é de 18 anos, com oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Educação de jovens e adultos (EJA)

Os jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir os Ensinos Fundamental e/ou Médio na idade adequada podem ter acesso a essas etapas da escolaridade, de acordo com a legislação vigente, recorrendo a cursos e avaliações voltados à EJA. Nessa modalidade, apresentam-se o ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências para Jovens e Adultos), os cursos da EJA (Educação de Jovens e Adultos), os CEEJA (Centros Estaduais de Educação para Jovens e Adultos), além do PEP (Programa de Educação nas Prisões).

2 [...] definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas. (BRASIL, 2017, p. 264)

Educação do campo

A Educação do Campo destina-se ao atendimento às populações do campo em suas mais variadas formas de produção da vida (agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas, entre outros).

É importante ressaltar que essas modalidades apresentam diversas particularidades e o processo de aprendizagem nelas é diferenciado, portanto, precisam estar adaptadas e/ou suplementadas de acordo com as especificidades de cada público, modalidade e atendimento.

Educação escolar indígena

A Educação Escolar Indígena é desenvolvida a partir do reconhecimento do direito à educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue, comunitária e autônoma para os povos indígenas. Pensando nessa diversidade, a política educacional implementada para os povos indígenas é pautada na legislação nacional vigente, respeitando-se suas especificidades culturais e procurando preservar suas culturas tradicionais.

Educação escolar quilombola

A Educação Escolar Quilombola trabalha na implementação da inclusão educacional de grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas. Essa modalidade valoriza os saberes, as tradições e o patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, algo impensável em outras épocas.

Atendimento Escolar Específico

O Atendimento Escolar Específico assegura o direito do estudante à Educação Básica. Apresenta demandas de organização da prática pedagógica com estudantes nas seguintes condições: privados de liberdade, situação de itinerância, migrantes internacionais, ambiente hospitalar ou atendimento domiciliar, fornecendo-lhes atenção adequada e meios para o exercício da cidadania.

Estudantes em privação de liberdade

A escolarização dentro das unidades da Fundação Casa atende os estudantes que estão cumprindo medida de internação socioeducativa ou internação provisória. Está voltada à continuidade do processo de atendimento escolar de adolescentes e jovens já matriculados ou à reconstrução da trajetória escolar daqueles que se encontram fora da escola. (Resolução 03, de 2016, Diretrizes Nacionais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas.)

O Programa Educação nas Prisões pretende assegurar à pessoa em situação de privação de liberdade no sistema prisional paulista o direito à Educação Básica, em consonância com a legislação vigente. O ensino é oferecido em unidades prisionais do Estado em parceria com a SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) e com a FUNAP (Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel), visando ao desenvolvimento da sociabilidade, inclusão social e educacional.

Itinerantes

A resolução considera como itinerantes crianças e jovens que vivem em grupos nessas condições por “motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros.

Migrantes internacionais

O Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO de 2019 (Relatório GEM), “ Migração, Deslocamento e Educação: Construir pontes, não muros”, mostra que o número de crianças migrantes e refugiadas com idade escolar em todo o mundo de hoje poderia preencher meio milhão de salas de aula, o que significa um aumento de 26% desde 2000.

O Relatório destaca as realizações e os desafios dos países para assegurar o direito das crianças migrantes e refugiadas em se beneficiar com uma educação de qualidade, um direito que atende aos interesses tanto dos estudantes quanto das comunidades onde vivem.

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/migrant_and_refugee_children_in_the_world_today_could_fill_h

Atendimento educacional ao aluno em tratamento de saúde: classe hospitalar e atendimento domiciliar

Em casos de atendimento hospitalar, “é assegurado atendimento educacional, durante o período de internação ao aluno da Educação Básica internado para o tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado” (Lei nº 13.716, de 4 de setembro de 2018).

O atendimento educacional ao aluno em tratamento de saúde será feito em classes hospitalares ou serviços especializados, em função das condições específicas dos alunos, sempre que não for possível a sua integração nas classes comuns. (Artigo 58 – Parecer CNE/CEB nº 31/2002, aprovado em 03 de julho de 2002.)

“As disposições finais da Lei nº 9.394/96, que determinam explicitamente o que está revogado, não contêm rejeição expressa à prática do atendimento a casos especiais, originados de impedimentos temporários ou até permanentes, nos quais o ensino pode ser ministrado nas próprias residências destes alunos.”

Eixo II – Gestão Educacional

Reúne ações formativas referentes aos diferentes aspectos da gestão, com vistas à atuação democrática e participativa, o que requer compreensão do contexto em que a educação é construída e promoção de ações no sentido de assegurar o direito à educação para todos os estudantes, além de expressar uma visão articuladora e integradora dos vários segmentos: pedagógico, curricular, administrativo, de serviços e das relações com a sociedade em geral/comunidade local. Tem como objetivo a melhoria do desempenho das unidades escolares – UE, das diretorias de ensino – DE e dos órgãos centrais da SEDUC-SP, mediante processos de pesquisa e formação continuada nas diversas dimensões da gestão: pedagógica, de pessoas e de equipes, de processos administrativos e de resultados educacionais do processo de ensino e aprendizagem.

Gestão Democrática e Participativa

Formação relativa ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de competências e habilidades expressas por meio de práticas que considerem as relações entre as instâncias da SEDUC-SP (UE, DE e órgãos centrais), a sociedade em geral e os espaços de atuação nos diferentes níveis do sistema de ensino (federal, estadual, municipal).

Os processos coletivos de tomada de decisão, elaboração de planos e projetos, execução, acompanhamento e avaliação de ações; comunicação efetiva e socialização de informações devem estar presentes em todas as instâncias da Pasta.

Visa, também, à orientação para a elaboração coletiva e a implementação da Proposta Pedagógica³ da escola, considerando as diferenças individuais, sociais, culturais e a participação dos estudantes, educadores, colegiados e comunidade na vida escolar, favorecendo um clima escolar que promova o processo de ensino e aprendizagem.

3 Proposta Pedagógica é o documento elaborado pela equipe de cada escola e orienta a ação de todos os profissionais da Educação daquela unidade escolar. Sua base de referência deve ser o contexto e a realidade locais, alinhados às expectativas e aos objetivos da SEDUC-SP. Para sua produção/revisão, deve-se atentar aos seguintes princípios:

- Acesso e permanência;
- Qualidade do ensino;
- Gestão democrática e participativa;
- Compromisso com a formação humana e cidadã;
- Integração entre a escola e a comunidade;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- Respeito às diferenças;
- Equidade;
- Valorização das diferentes culturas e das experiências individuais;
- Valorização dos profissionais da Educação – formação continuada;
- Instrumento da gestão que expressa a ação educativa da escola e define os rumos, a intenção e os processos indutores para o cumprimento de metas e objetivos;
- Definição clara na organização da ação pedagógica, orientadora da prática de sala de aula e do resultado do desenvolvimento curricular;
- A concepção de currículo e as implicações sociais advindas;
- Contextualização da ação pedagógica.

Gestão Pedagógica

Formação relativa ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de competências e habilidades traduzidas em práticas, com vistas à elaboração do Planejamento Pedagógico nas três instâncias da SEDUC-SP que correspondem à Proposta Pedagógica das unidades escolares – UE, ao Plano de Trabalho das diretorias de ensino – DE e ao Planejamento das Coordenadorias. A Proposta Pedagógica das UE apresenta a missão, a visão, os valores, os princípios pedagógicos, os objetivos, as metas, as metodologias, as estratégias, dentre outros, considerando-se a especificidade local. É um documento essencial para a elaboração do Regimento Escolar e também é referência do Plano de Gestão da direção da escola. Já a elaboração do Plano de Trabalho das DE deve ser pensada a partir das necessidades das UE de sua jurisdição, de forma a subsidiar as escolas a concretizarem sua proposta pedagógica. Quanto ao planejamento das coordenadorias, cumpre esclarecer que ele visa atender às demandas e às necessidades da Rede, como um todo.

Dentre outras habilidades que podem ser traduzidas em práticas, destacam-se o planejamento, a elaboração, a implementação, o acompanhamento, a avaliação e o redirecionamento de planos e ações (em consonância com os princípios, as diretrizes e as normas educacionais da SEDUC-SP, do Currículo e da Proposta Pedagógica da escola) nos diferentes níveis, etapas, modalidades, áreas e componentes curriculares, além do acompanhamento e avaliação da progressão das aprendizagens, assegurando o processo de recuperação contínua.

Em relação à organização de condições didáticas favoráveis à aprendizagem de todos os estudantes, vale ressaltar a gestão dos tempos, dos espaços e dos recursos, o monitoramento dos processos de ensino e aprendizagem, de acompanhamento, de avaliação e de intervenção pedagógica; a coordenação de processos, acompanhamento, observação, registro e devolutivas relativas ao processo da gestão pedagógica e de sala de aula; e o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem e de seus resultados.

Gestão de Pessoas e Equipes

Formação relativa ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de competências e habilidades dos servidores da SEDUC-SP que possibilitem a esses profissionais a mobilização das pessoas e das equipes em um trabalho integrado para a concretização de objetivos, metas e a melhoria contínua dos processos e resultados das UE, das DE e dos órgãos centrais da SEDUC-SP, além da promoção de um clima organizacional, a partir da melhoria da convivência e da segurança, que favoreça a comunicação, o engajamento profissional, o relacionamento interpessoal e a socialização de experiências. Também prevê o compartilhamento de responsabilidades nas ações desenvolvidas e nos resultados obtidos, a criação de novas soluções e implementação de mudanças, (inclusive no uso de tecnologias digitais de comunicação e informação), a coordenação e a avaliação da equipe de trabalho, e a elaboração, implementação e monitoramento dos planos de formação em serviço, visando ao aprimoramento profissional e pessoal do indivíduo e da equipe de trabalho a favor da sociedade.

Gestão de Processos Administrativos

A formação dos servidores da SEDUC-SP nos processos administrativos tem por finalidade o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem a realização de práticas com o objetivo de colocar a gestão administrativa em função da gestão pedagógica, focando sempre, direta ou indiretamente, a aprendizagem dos estudantes. Nessa perspectiva, a formação continuada dos servidores desta Secretaria visa orientar esses profissionais para a administração das diversas instâncias desta Pasta, garantindo a regularidade do seu funcionamento, coordenar a

elaboração, a homologação e a revisão de documentos oficiais, acompanhar e monitorar os processos de vida funcional, vida escolar, documentação e registros da aquisição e preservação do patrimônio material e imaterial em todas as instâncias da SEDUC-SP, a elaboração dos planos de contratação, gerenciamento de serviços, consumo de materiais, dentre outros aspectos.

Além dos pontos descritos até o momento, a formação também visa à administração de recursos financeiros e orçamentários, de acordo com os princípios básicos da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), estratégias de aplicação, captação de recursos e prestação de contas à sociedade em geral, planejamento, estabelecimento de processos e acompanhamento da qualidade dos serviços de transporte, alimentação escolar, dentre outros pontos, e a organização de seu espaço de trabalho de forma a otimizar tempo, facilitar o planejamento e a execução dos trabalhos diários.

Gestão de Resultados Educacionais

Formação que objetiva o desenvolvimento ou o aprimoramento de competências e habilidades dos servidores da SEDUC-SP relacionadas à leitura e à análise dos indicadores e resultados educacionais (considerando diferentes

dimensões e âmbitos – local, estadual e nacional), tendo em vista desenvolver ações para a melhoria das aprendizagens dos estudantes, nas diversas instâncias da SEDUC-SP.

Destacam-se a orientação da gestão pedagógica da escola com base nos resultados das avaliações internas e externas e a mobilização da sociedade em geral e da comunidade escolar para a análise dos resultados e para a prática de ações focadas na melhoria constante da qualidade do ensino, conforme o local de atuação. Além da proposição e a implementação de processos e de instrumentos de monitoramento e de acompanhamento de ações e de resultados das UE, DE e órgãos centrais da SEDUC-SP. A proposição e a implementação, com a equipe de trabalho, de soluções e melhorias nos processos pedagógicos, administrativos, de gestão de pessoas e equipes, de engajamento e trabalho com a sociedade em geral e a comunidade local, visando à implementação da proposta pedagógica e ao alcance e superação das metas das UE, das DE e dos órgãos centrais.

Por fim, ressalta-se a promoção de espaços coletivos, de modo a refletir, nas diversas instâncias da SEDUC-SP, os resultados obtidos, os planos a serem implementados, o replanejamento e as intervenções necessárias, os processos da avaliação institucional e a transparência na divulgação dos resultados da aprendizagem.

Liderança Educacional

Refere-se ao ato de liderar, e aborda saberes que permitem o planejamento de estratégias para a tomada de decisões participativas rumo às metas e aos objetivos da SEDUC-SP. Essa liderança pode ser exercitada e aprimorada por meio do desenvolvimento de habilidades e competências dos diferentes servidores, mas principalmente daqueles que atuam em cargos/funções de gestores nesta Secretaria.

Nesse sentido, o líder educacional orienta, mobiliza e inspira a participação ativa individual e coletiva, seja no âmbito interno e/ou externo (instituições públicas, privadas, sociedade civil, dentre outros) de sua atuação profissional, visando à melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem e bem-estar de todos. Para tanto, esses líderes precisam ser mais tolerantes e sensíveis às dinâmicas das organizações sociais e dos relacionamentos interpessoais, valorizando a transparência, para que possam liderar pessoas e equipes cada vez mais diversificadas.

Eixo III – Grandes Temas da Educação

Abrange os principais temas da Educação da atualidade, podendo estar vinculado às ações de formação do Eixo I, do Eixo II ou tratado separadamente, considerando-se sua relevância no aporte teórico para o desenvolvimento da Educação.

A seguir, alguns exemplos de Grandes Temas da Educação:

Alfabetização e Letramento

Alfabetização é entendida como aprendizagem da leitura, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de compreender e analisar criticamente diferentes gêneros que circulam em diferentes esferas da atividade humana em diversas linguagens, bem como a aquisição da escrita alfabética. A apropriação do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (São Paulo, 2019)

O Letramento e o Multiletramento garantem a participação dos estudantes nas práticas sociais mediadas pela leitura e a escrita e os habilitam também a produzirem textos que envolvam as linguagens verbal, a não verbal e a multimodal, presentes nos diferentes gêneros que circulam nas mais diversas esferas da atividade humana. (São Paulo, 2019)

Dessa forma, podemos entender a aprendizagem da leitura e da escrita como um processo dinâmico, que acontece por meio de duas vias: a técnica (alfabetização) e outra relativa ao uso social (letramento). (Ministério da Educação, 2010)

Avaliação Educacional

De acordo com Freitas (2014), a Avaliação Educacional é reconhecida como parte da cultura escolar e pode ser pensada em três níveis; são eles: da aprendizagem, institucional e da rede de ensino.

A avaliação da aprendizagem refere-se à relação entre professor e aluno desenvolvida no âmbito da sala de aula, de acordo com as metodologias e estratégias que constam no plano de ensino. Esse nível de avaliação requer a reflexão constante, por parte do professor, para que possa rever a todo momento se o processo de ensino está sendo adequado às necessidades dos alunos. Nesse nível, é importante pensar, também, na autoavaliação, a qual pode ser desenvolvida tanto para o professor quanto para o aluno, se pensarmos que cada aluno pode ser responsável por sua própria aprendizagem e na avaliação institucional, que, neste caso, permeia todos os segmentos da unidade escolar.

A avaliação institucional refere-se à instituição de forma ampla para cada unidade escolar, sendo que o diferencial para esse nível de avaliação é a questão da construção coletiva, processo em que todos são envolvidos, abrangendo questões pedagógicas, de recursos, financeiras e administrativas.

A avaliação da rede de ensino é o nível mais abrangente, pois engloba todas as unidades escolares de forma articulada, tendo com objetivo principal a melhoria na qualidade da educação por meio de ações pontuais e de planejamento estratégico, pensando na atuação docente e desempenho dos alunos, assim como na orientação dos gestores, para que saibam trabalhar com suas fragilidades e potencialidades.

Competência Leitora e Escritora

Define-se capacidade leitora como sendo a compreensão, o emprego e a reflexão pessoal de textos escritos, objetivando alcançar metas próprias, desenvolver o conhecimento e o potencial pessoal de participação na sociedade. Sendo que o ato de escrever é também concebido como prática social e reitera a finalidade da escrita condizente com essa prática, dando oportunidade aos estudantes de agir com protagonismo. (São Paulo, 2019)

Competências Socioemocionais

Segundo CASEL, a educação socioemocional refere-se ao processo de entendimento e manejo das emoções, com empatia e pela tomada de decisão responsável. Para que isso ocorra, é fundamental a promoção da educação socioemocional nas mais diferentes situações, dentro e fora da escola (BNCC, 2020).

É importante refletir sobre a complexidade do ser humano e que para desenvolvê-lo de maneira integral, é necessário incorporar estratégias de aprendizagem mais flexíveis e abrangentes. Um dos meios para reconectar o indivíduo ao mundo onde vive (dentro e fora da escola) diz respeito ao desenvolvimento de competências socioemocionais. Nesse processo, crianças, jovens e adultos aprendem a colocar em prática as melhores atitudes e habilidades para controlar emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas e tomar decisões de maneira responsável, entre outros. (<https://porvir.org/especiais/socioemocionais>)

Cultura Digital

Cultura Digital refere-se às perspectivas sobre o impacto das tecnologias digitais e da conexão em rede na sociedade, como um todo, e também no modo como essas novas tecnologias são apropriadas nas esferas de trabalho e da vida pessoal, possibilitando a comunicação, o acesso, a produção de informações e a construção de conhecimentos, a fim de resolver problemas e exercer o protagonismo e a autoria (BNCC).

Cultura Inclusiva

Uma educação inclusiva é uma concepção de educação que acolhe a todos e reconhece a diversidade como um valor que enriquece o processo de ensino e aprendizagem. Nesse modelo, busca-se a equidade de oportunidade, para que as diferenças não se tornem desigualdades.

(<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/08/a-educacao-inclusiva-diz-respeito-a-todos.html>. Acesso 07 fev. 2020)

Refere-se às temáticas que abordam a diversidade e o quanto estamos preparados para a convivência na diversidade. A educação de valores na cultura da diversidade torna-se complexa e exige conhecimento e posicionamento do educador devido à singularidade e às potencialidades de cada um. (https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155241/6/unesp-nead_reei1_ei_d01_e-book.pdf. Acesso 07 fev. 2020)

Uma Cultura Inclusiva contempla uma Educação Inclusiva, que pode ser compreendida como uma concepção de ensino contemporânea, cujo objetivo é garantir o direito de todos à educação, e pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade humana. Contempla as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres

humanos, e requer a mudança da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, a fim de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

(Diversa, São Paulo, 07 de fev. de 2020. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva>. Acesso em: 07 de fev. de 2020)

Currículo

O Currículo, conforme os atuais marcos legais da Educação Básica, deve expressar os valores éticos e democráticos, as diferentes formas de abordar a realidade, considerando nas suas expressões os fatos e os fenômenos que influenciam no desenvolvimento cultural, ético e intelectual dos educandos. Desse modo, não pode estar limitado a um rol de conteúdos distribuídos em diferentes disciplinas, e nem alheio aos conflitos presentes na Educação Básica e à complexidade da população presente na escola pública, suas frustrações, expectativas e potencial formativo. O Currículo deve abranger, dessa forma, valores e atitudes, que podem ser desenvolvidos ou aprimorados por meio da promoção de competências e habilidades cognitivas, articuladas com conteúdos acadêmicos e atividades escolares, que incluem o estabelecimento de rotinas, normas de convívio social, a organização do tempo, assim como os espaços de convivência, participação e debate, ou seja, deve estar presente em todas as vivências proporcionadas pela escola. Nesse sentido, o Currículo deve favorecer o entendimento geral da escola como um espaço dinâmico e articulador de práticas culturais, sociais e de formação acadêmica, propício para o pleno desenvolvimento humano, a fim de que, ao final da Educação Básica, cada educando da rede pública estadual possa ingressar e atuar na sociedade contemporânea.

Direito Educacional

As transformações sociais, históricas, políticas e culturais têm reflexos nos espaços educacionais e, conseqüentemente, exigem dos gestores habilidades e competências sob uma ótica multidisciplinar, para enfrentar os desafios da escola contemporânea.

O Direito Educacional se compõe de normas, princípios e doutrinas que disciplinam a proteção da relação entre alunos, professores, escolas e poderes públicos, numa situação formal de aprendizagem. (BOAVENTURA, 2004, p. 14)

O conhecimento jurídico, o estudo da nossa Carta Magna, das legislações educacionais, do Estatuto da Criança e do Adolescente relacionados aos outros ramos do Direito propiciam o embasamento teórico e científico, no sentido de subsidiar a prática pedagógica em uma gestão democrática e participativa.

À luz dos princípios do Direito Educacional, o gestor poderá atuar, de forma preventiva, ao administrar e mediar temas atuais do cotidiano escolar, bem como assegurar a implementação de uma escola cidadã, norteadas pelo diálogo e ética entre todos os participantes.

Educação Integral

A Educação Integral visa ao desenvolvimento do indivíduo em suas dimensões intelectual, física, socioemocional e cultural, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos. (Currículo Paulista, pág. 28)

Diante desse cenário, a educação se torna uma estratégia ímpar para assegurar às novas gerações o direito de desenvolver plenamente seus potenciais para ser, conhecer, conviver e produzir (aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a produzir). Essa visão é

baseada nos quatro pilares que constam no relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Educar torna-se fonte de oportunidades no ambiente escolar e nos sistemas de ensino, a fim de que todo estudante possa se desenvolver e construir sua autonomia, por meio da Educação Integral.

(Instituto Ayrton Senna, São Paulo, 07 de fev. de 2020. Disponível em: <https://www.institutoayrton-senna.org.br/pt-br/meu-educador-meu-idolo/materialdeeducacao/educacao-integral-um-poderoso-instrumento-de-desenvolvimento-humano.html>. Acesso em: 07 de fev. de 2020)

Protagonismo Juvenil

O Protagonismo Juvenil pode ser definido como o envolvimento do jovem estudante em atividades que vão além do seu universo pessoal e familiar, gerando efeitos na vida em sociedade.

Nos últimos anos, muito tem-se discutido sobre o protagonismo juvenil. Grande parcela desse debate se deve à Base Nacional Comum Curricular. A ideia do protagonismo permeia todo o texto da BNCC, aparecendo nas competências gerais e específicas desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

A ideia do protagonismo juvenil não é recente, mas o termo pode ser atribuído ao pedagogo mineiro Antonio Carlos Gomes da Costa. Em sua obra “Protagonismo Juvenil – adolescência, educação e participação democrática”, o autor define o protagonismo juvenil como o envolvimento do jovem estudante em atividades que vão além do seu universo pessoal e familiar, gerando efeitos na vida em sociedade.

Recuperação e Aprofundamento

A recuperação contínua pode ser entendida como uma ação de intervenção imediata e voltada para o enfrentamento das dificuldades específicas de aprendizagem dos estudantes, devendo ocorrer durante as aulas regulares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sendo desenvolvida pelo próprio professor da classe ou do componente curricular, e poderá contar com apoio complementar de docente designado especificamente para este fim. (Resolução SE 37, de 05/08/2019, Art. 1º)

As ações de Recuperação e Aprofundamento visam à progressão efetiva das aprendizagens do estudante, para que ele progrida em sua trajetória escolar na idade certa e efetivamente aprendendo.

Temas Transversais

Denominam-se Temas Transversais aqueles “voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política”. (Brasil, 1997)

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), a transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico na integração entre os eixos temáticos e as disciplinas, de forma a estarem presentes em todas elas. Nessa perspectiva, pode-se conferir à sociedade em geral autonomia para seleção dos temas e delimitação dos espaços curriculares a eles destinados, bem como a forma de tratamento que será conferida à transversalidade.

Cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (Brasil, 2017, p. 19). (Grifo nosso).

Referências

Documentos Oficiais

BOAVENTURA, Edvaldo Machado. Introdução ao Direito Educacional. RJ: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. 2004.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial. Brasília, 1996.

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PCNEM Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 06 out. 2016.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 out. 2016.

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação dos Temas Transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997: 128p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

Base Nacional Comum. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em 19/02/2016.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.

Educação Inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

Educação Inclusiva: v. 3: a escola / coordenação geral SEDUC-SP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

GOMES, Lucia Helena de A.; Gomes, Marcela de A., MALHEIROS, Antonio Carlos. Reflexões do cotidiano escolar à luz do Direito Educacional: aspectos jurídicos e subjetivos. Curitiba: CRV, 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011.

Currículo do Estado de São Paulo: Ciências da Natureza e suas Tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Luís Carlos de Menezes. 1. ed. atual. São Paulo: SE, 2012a.

Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas Tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. 1. ed. atual. São Paulo: SE, 2012b.

Currículo do Estado de São Paulo: Matemática e suas Tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Nilson José Machado. 1. ed. atual. São Paulo: SE, 2012c.

Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Alice Vieira. 2. ed. São Paulo: SE, 2012d.

Tutorial do plano de ação participativo para Unidades Escolares 2012 – Volume 2 – Apoio ao diagnóstico e à formulação de ações. São Paulo: SE, 2012e.

Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB. Planejamento Escolar 2012 – Temas Transversais. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/docs/CGEB_PlanejamentoEscolar2012_DEGEB_TemasTransversais%20copy.pdf. Acesso em: 06 out. 2016.

Demais Fontes Consultadas

AÇÃO EDUCAÇÃO; UNICEF; PNUD; INEP; SEB/MEC. Indicadores da Qualidade na Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2013, 4ª edição ampliada. Disponível em: http://www.santacruz.rs.gov.br/download2014/smec_pme/INDICADORES%20QUALIDADE%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf. Acesso em: 19 nov. 2015.

CARVALHO, José Murilo Júnior. Cultura digital.br / organização Rodrigo Savazoni, Sergio Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

FERREIRA, Cleia Simone (et al). Políticas Públicas Educacionais: Apontamentos Sobre o Direito Social da Qualidade na Educação. Disponível em: http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/9_POLITICAS_PUBLICAS_EDUCACIONAIS.pdf. Acesso em: 06 out. 2016.

FERREIRO, E. CULTURA ESCRITA E EDUCAÇÃO. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREITAS, Carlos. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL CAMINHANDO PELA CONTRAMÃO. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

INGHAM, Adrian. O Sistema de formação de lideranças escolares da Inglaterra: possíveis alternativas para o Brasil / Adrian Ingham, Maria Carolina Nogueira Dias. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2015.

LANNES, D. Avaliação Formativa. Disponível em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/ed_ciencias/avaliacao/biblioteca_AvaliacaoEducativa.html. Acesso em: 06 out. 2016.

MICHELINE, Christophe. Educação baseada em evidências: como saber o que funciona em Educação. Instituto Alfa e Beto, 2015.

MOREIRA, Verônica Martins. Gestão Educacional e Prática Docente na Realidade Escolar. In: ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 8, nº 15.

NICOLELLA, Alexandre Chibebe (et al). Políticas Públicas Educacionais e Desempenho de Alunos da Rede Pública de Ensino. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/aep_fep/chamada_publica_FEP0410_Politic as BNDES.pdf. Acesso em: 19 fev. 2016.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

PACHECO, J. (2001). Currículo: Teorias e Práxis. Porto: Porto Editora.

SANTOS, Carmi Ferraz. Alfabetização e letramento: conceitos e relações / organizado por Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Magda. A Abordagem das Políticas Públicas Educacionais para Além da Relação Estado e Sociedade. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/paper/viewFile/2046/147>. Acesso em: 19 fev. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. (1997). Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA.